BANDEIRISMO BAIANO E POVOAMENTO DO CEARÁ

RAIMUNDO GIRÃO

Teve, não há dúvida, carácter de majestosa epopeia a expansão bandeirista.

A princípio eram *entradas*, penetrando o sertão para os "descimentos" de índios escravizados, "trazendo-os ao mar", fosse por meio de ardis ou jeito, fosse pela violência. Depois, as *bandeiras*, expedições mais organizadas, à procura de "el-dorados" no interior desconhecido.

Dir-se-á que umas e outras não tiveram legitimidade, pois que a terra era por direito natural dos autóctones e teriam sido os bandeirantes uns usurpadores. Mas o fenómeno resultava do imperativo da civilização ocidental, por ventura agindo cruel e desumanamente ao querer esculpir nas regiões daquém oceano o modelo dos seus métodos de progresso, das suas ideias morais, das suas crenças, da sua cultura mental.

Saindo do primeiro centro de irradiação, que foi São Paulo, derramaram-se aos quatro ventos, tangidas por muitas causas que os historiadores e sociólogos teimam em descobrir e indicar.

Aventureiros teriam sido, sem os quais se não faria, certamente, a obra da conquista, escrevendo — como diz Rocha Pombo — "na história da América um ciclo admirável, que não teve símile em ponto algum outro do Continente". A ânsia pelo conhecer o misterioso das matas, a ambição de riqueza, as contingências económicas tê-los-íam abalado a tanto.

Por certo no começo o foi. Porém mais tarde, como acentuou Oliveira Viana, "sente-se que o que nesse fenómeno os seduz são os seus traços épicos e não as suas causas íntimas". E' a

organização social mesma, formada em São Vicente, que o gera: o grande domínio rural — o chefe ou senhor, os agregados, a tropa aguerrida dos mamelucos, o capelão quase indefectível — destaca-se como que por cissiparidade em fragmentos que encerram em si os elementos do núcleo original. "Ou seja para explorar os vieiros auríferos de Sabará; ou seja para povoar de gado os campos do vale do S. Francisco, ou os altos platós do Iguassu, ou as planíces do Rio Grande, a bandeira é um fragmento do latifúndio". (1)

Como S. Paulo, foram grandes centros irradiadores Pernambuco e Baía, embora aqui o expansionismo tivesse outras razões, quase todas em torno do sentido pecuário e nascidas das condições especiais do Nordeste, de que o rio S. Francisco era o dominador comum.

Pompeu Sobrinho, com a sua possante cultura, separou muito bem os vários ciclos do povoamento nordestino, e é ao quinto e sexto desses ciclos que correspondem as primeiras explorações brancas: "com a defecção dos flamengos em 1654 abrem-se quase simultâneamente dois ciclos de povoamento, caracterizados ambos pela penetração intensa dos sertões".

De um lado, "com a conquista definitiva de Sergipe em 1590, os baianos fundaram fazendas de criar até às margens do S. Francisco, perto do mar. Daí foram as fazendas ganhando sucessivamente o curso do rio e não tardou passarem além da região das cachoeiras. O caminho do S. Francisco pela praia se tornara demasiado longo e logo uma estrada se abriu, ligando o recôncavo ao médio S. Francisco, passando por Pombal e Geremoabo. Antes já se tinha ido até o Crobó para descer índios (1584)..." "Em breve as margens do S. Francisco se juncaram de fazendas de criar, tanto pertencentes aos sesmeiros (que eram poucos e as terras muitas), como aos seus rendeiros que vinham suprir a capacidade daqueles para *situar*". "Os baianos, auxiliados pelos paulistas aventureiros ou pelos que se vinham instalar na região conquistada, passam aos sertões áridos de além-Borborema. Pelo rio do Pontal, afluente do S. Fran-

(1) *Populações Meridionais*, 2a. ed. 1922, p. 80.

cisco, atingem o divisor de águas, que transpõem na serra dos Dois-Irmãos, e ganham o território vírgem do Piauí", chegando "a Pastos-Bons, no Maranhão, que ainda em 1760 só tinha relações com a Baía". "Seguindo outros afluentes do S. Francisco, os exploradores ganham as cabeceiras do rio Piranhas, na Paraíba, e se avizinham do sul do Ceará".

Por outro lado, "de Pernambuco se ia ao baixo S. Francisco à procura de gado, mas o movimento explorador se orientou diversamente. Seguiu o litoral em rumo do norte, donde, pelo curso dos rios, se avança para o sertão até o *peneplen* da Borborema e os seus contrafortes projetados para o septentrião (Rio G. do Norte). Mais além, vai-se à escarpa abrupta e difícil da Serra Grande ou Ibiapaba que, em certos lugares, se transpõe penosamente. Esta orientação da corrente povoadora de Pernambuco era imposta, além do mais, pela necessidade indeclinável de defender as costas do norte com um propósito político. As do sul, aquém da barra do S. Francisco, já estavam suficientemente povoadas e exploradas para por si mesmas se defenderem; as que ficavam além daquela barra eram de jurisdição baiana". (2)

Sabe-se, de tão repetido, como Capistrano de Abreu definiu as duas correntes sertanistas: a dos baianos dominando o *sertão de dentro,* e a dos pernambucanos o *sertão de fora,* para uns e outros "se encontrarem—qual diz Pompeu Sobrinho—aproximadamente ao longo de uma faixa desdobrada amplamente pelos divisores de águas limitativos da vertente dos rios secundários que, aquém do S. Francisco, fluem directamente para o mar (rios que se podem chamar pernambucanos) com a vertente dos tributários daquele grande curso dágua ou do rio Parnaíba (que se podem dizer baianos)."

Capistrano de Abreu já o afirmara, conquanto mais indecisamente: "Se a Baía ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando da Borborema e alcançando o Ceará, onde confluiram as correntes baiana e

(2) Povoamento do Nordeste Brasileiro, in *Rev. Inst. Ceará,* vol de 1937, p. 105. E' da maior importncia, no assunto, a leitura deste trabalho.

pernambucana". "Também no alto Piranhas confluiram o movimento baiano e o movimento pernambucano". (3)

O citado Pompeu Sobrinho dá a diferença de *modus faciendi* das duas pinças povoadoras.

"O ciclo do povoamento do S. Francisco caracterizou-se pelas organizações bandeirantes chefiadas por paulistas que, procurando antes afugentar ou extinguir o índio vizinho, geralmente incómodo, das fazendas de criar, do que reduzí-lo a escravo, se internam pelos sertões à procura de boas terras de pastos. Talam os bandeirantes as caatingas e situam em seguida os currais, que evoluem em fazendas. Geralmente, os expedicionários eram os mais interessados na aquisição das terras descobertas e seus principais exploradores". O processo de fixação à terra das caatingas é conhecido. (4)

Já diferentemente procediam os de Pernambuco: o seu modo de povoar "estimulado pelo adensar das relações sociais, só raramente era precedido por entradas ou bandeiras aparatosas. Em geral, para conter os índios e evitar o assalto às fazendas, instalam-se em casas-fortes, espécies de fortins provisórios, em pontos convenientes, de ordinário numa modesta elevação à margem dos rios. Eram sentinelas avançadas que permitiam a instalação, senão a fixação definitiva do colono à terra, um pouco à retaguarda ou por vezes lateralmente. Com o tempo e o respeito que inspiravam aos selvagens, a ocupação das terras avança, deixando atrás as casas-fortes. Mas aqui, como no ciclo baiano, também os índios eram escorraçados, mortos ou escravizados; porém o sistema em prática para fazê-lo diferia. A repressão limitava-se a zonas reduzidas, e não resolvia a situação. Daí, as várias guerras de extermínio decretadas pela administração e que, apesar do nome, não exterminavam, razão por que quase sempre foram seguidas de pazes solenemente celebradas". (5)

---

(3) *Capítulos de História Colonial,* ed. da Soc. C. de Abreu, 1934, p. 146.

(4) Pompeu Sobrinho, *trabalho cit.,* p. 130; Capistrano, *idem,* página 143.

(5) Pompeu Sobrinho, *idem,* p. 132.

Como se viu da afirmação de Capistrano, a junção dos penetradores baianos e dos pernambucanos efectuou-se também e principalmente no Ceará, e caso será de examinar como isto se operou.

Os historiadores cearenses mais antigos deram primasia aos baianos na chegada ao Ceará, localizando-se no Cariri, o grande oásis na região semi-árida, habitada por um valente povo, às vezes incompreendido de tantos... que não querem ver.

Foi João Brígido, que não era tão bom historiador como foi excelente na crónica histórica e no jornalismo, quem os desnorteou aceitando e transmitindo à posteridade a lenda do povoamento originário do Cariri.

Faça-se-lhe justiça reconhecendo que, no caso, ele em verdade lutou com absoluta falta de documentos e seguros informes, quando teve de publicar em começos de 1859, no jornalzinho "Araripe", da cidade do Crato, os seus *Apontamentos para a história do Ceará,* nos quais logo depois se abeberaram o Dr. Pedro Théberge no *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará,* saído de início, em partes no "Diário de Pernambuco", a começar de 28 de Novembro daquele mesmo ano de 1859 (posteriormente enfeixado em volumes nos anos de 1869 (1a. parte), 1875 (2a. parte) e 1895 (3a. parte, Fortaleza), o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, na sua *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até* 1850 (Tip. do Jornal do Recife, 1867, de 130 págs.) e o Senador Th. Pompeu de Sousa Brasil, no seu clássico *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1.º vol. em 1863 e 2.º em 1864).

Nas mesmas águas desceram outros, por exemplo Maximiano Lopes Machado, na *História da Província da Paraíba,* Paraíba, 1912, p. 334.

Segundo Brígido, a época precisa do descobrimento do Cariri — objecto ao seu tempo "de custosas indagações, não existindo arquivos públicos onde se pudesse sondá-la" — constitui "facto muito antigo para que a tradição possa apresentá-lo com inteira verdade, sendo antes um assunto para dissertação do que uma verdade para a História."

Fora "descoberto o Cariri e principiado a povoar por aven-

tureiros baianos partidos do rio S. Francisco, de 1660 a 1680, muito antes do governo de Sebastião de Sá no Ceará. Sabe-se que um negro, escravo da Casa da Torre, residente em uma fazenda de criar, na margem do S. Francisco, pertencente então àquela casa, em tenra idade caindo em poder dos *Cariris*, em uma das suas excursões, fora trazido para aqui, onde os recursos de sua inteligência lhe ganharam a afeição desses selvagens, sobre quem tinha o ascendente dos hábitos contraídos no comércio dos brancos e levava vantagem no conhecimento de algumas das artes mais necessárias à vida. Foi este escravo quem ensinou aos portugueses o caminho do Cariri e quem para aqui os conduziu por entre as hordas ferozes, as selvas impenetráveis e os inumeráveis pântanos e ribeiros. As notícias deixadas por algumas pessoas que viveram desde a última metade do século passado (Sec. XVIII) com o Coronel Leandro Bezerra Monteiro, dão a tribo *Cariri* em guerra com a tribo *Cariú* quando este escravo fez entrarem os primeiros invasores vindos do rio S. Francisco, os quais, explorando no interesse dos descendentes de Diogo Alves Correia, o Caramuru, ostensivamente o faziam a título de socorrerem os *Cariris* contra os *Cariús*. O fim dos invasores era estenderem até aqui o domínio que aquela casa tinha já então adquirido sobre os terrenos que ficam entre a margem esquerda daquele rio e a linha formada pelo lado septentrional da cordilheira do Araripe. A notícia deixada entre seus descendentes por João Correia Arnaud, da família da Torre, em tudo confirma esta notícia. Tem sido, porém, difícil saber quem foi o chefe da primeira bandeira. Uns dizem ter sido João Correia Arnaud, outros Medrado, vaqueiro e procurador da fazenda Várzea".

Em seguida transcreve Brígido as duas "tradições", a primeira escrita no aludido jornal "Araripe", de 14 de Julho de 1855, pelo octogenário capitão-mor Joaquim António Bezerra de Meneses, filho daquele coronel Leandro Bezerra; e a outra, também inserta no mesmo periódico, datada de 6 de Março de 1858, da autoria do professor primário Bernardino Gomes de Araújo, "homem de muito critério e capacidade".

Conforme a primeira, o escravo, em face da luta dos *Ca-*

riris com os *Cariús*, aconselhara o recurso aos brancos "mediante a descoberta do país" e foi mandado pelos mencionados Cariris, em companhia de cinco índios, à fazenda Várzea, onde, bem recebidos, tiveram a satisfação de ver sair uma tropa de 200 homens sob o comando de João Correia Arnaud, a qual demorou na Cachoeira de Missão-Velha, encontrando a tribo *Cariri* desorganizada. "Seguiu, porém, rio Salgado abaixo até o Icó e na logoa que hoje se denomina da *Torre*, acampou e esteve pelo correr do ano de 1590, pouco mais ou menos". Em 1610, nas pegadas de João Correia Arnaud, veio o coronel João Mendes Lobato e um filho padre, António Mendes Lobato, com uma força de cem homens, que chegou ao Icó e, por intermédio dos índios *Calabaças*, estabeleceu contacto com os *Cariris*. Baptizando a uns e outros, o padre Lobato pediu ao Bispo de Pernambuco, D. Estêvão Brioso, um missionário e, vindo este, frei Carlos do Convento da Penha e italiano, abriu a missão em Missão-Velha e depois em Missão Nova e Miranda, de onde passou para o Crato.

Diverge desta a outra tradição em que a bandeira de Medrado entrou no terreno dos *Cariris*, mas demorou-se pouco, deixando apenas em alguns lugares, bem como na Cachoeira de Missão Velha, uma cruz, uma estacada ou caiçara e dez novilhas situadas com um novilho. No ano seguinte, retomaram os da casa da Torre a empresa, reunindo grande número de combatentes, e, chegando a Cachoeira, acharam demolido o serviço que tinham feito. Unidos aos Cariris fizeram horrível carnificina nos inimigos, matando crianças e com os miolos untando os índios o corpo e prendendo muitas índias que, atadas umas às outras, precipitaram na cachoeira. Em ataque a novo inimigo, no vale da Barbalha, verificaram que no ardor da luta um indivíduo se conservava deitado numa rede e, sendo preso, viu-se que era branco, identificado como Fuão Ariosa, criminoso na Baía e agora refugiado. Obtendo a fuga pelo intermédio do capelão da bandeira, Ariosa alcançou o Reino, teve perdão aos seu crimes e, propondo acção contra a casa da Torre, conseguiu lhe fosse dado o domínio das terras que descobrira. "Eis a razão por que a Torre não estendeu seus domínios até o Cariri", assegura o pro-

fessor Bernardino, que acredita se haja passado tudo isso entre 1706 e 1707.

O mesmo João Brígido, diante dessas informações desencontradas e desapoiado de melhores fontes de estudo, conjecturou que a primeira das entradas dos baianos "foi feita por Medrado ou algum outro aventureiro, desses que já tinham explorado os sertões de S. Francisco", a qual, entretanto, "não passou de um simples reconhecimento e sòmente serviu para indicar o caminho a novos aventureiros".

A segunda "parece ter sido conduzida pelo coronel João Mendes Lobato e seu filho o padre António Mendes Lobato, moradores na Cotinguiba, os quais vieram directamente ao Icó e daí, remontando o Salgado, que bem assinalava o caminho seguido pelos primeiros invasores, vieram ter à Cachoeira, junto ao brejo de Missão-Velha. — A vinda de frei Carlos, missionário enviado pelo bispo D. Estêvão Brioso, a instâncias do padre Lobato, está indicando que esta entrada sucedeu de 1678 a 1683". "E', todavia, questão a resolver se este padre e este João Mendes Lobato são os dois primeiros descobridores, ou se já são descendentes destes. No primeiro caso, o padre se devia chamar José e não António Lobato".

"A terceira entrada, finalmente, foi a que fez João Correia Arnaud, enviado da casa da Torre, de quem tinha recebido uma doação dos terrenos do *Caritê, Burití-Grande* e *Cachoeira.* Pela idade com que ele morreu e pela data de seu falecimento, encontrada nos registos da matriz de Missão Velha, se obteve a certeza de ter sido a sua chegada ao Cariri de 1706 a 1707".

"Se o descobrimento do Cariri não foi em 1590, como quer a primeira tradição — conclui Brígido — não foi tão pouco em 1706, como pretende a segunda; isto, além de outros fundamentos, porque é de 1603 a data dos primeiros estabelecimentos feitos por Pero Coelho de Sousa à margem do rio Jaguaribe, e não é crível que, povoado o vale deste rio, suas cabeceiras pudessem restar tanto tempo desconhecidas, sendo tamanho o furor das descobertas naqueles tempos. — Por esse

acontecimento se reconhece que esta descoberta teve lugar muito antes de 1706 e algum tempo depois de 1590". (6)

O citado Maximiano Machado, não se sabe com que razão, deixou escrito que Domingos Afonso ao entrar no Piauí encontrou-se com Domingos Jorge e, "de acordo, tomaram rumos diferentes, seguindo aquele ao alto Piauí e retrocedendo este *pelo Salgado ao Icó* e daí pela Formiga ao Piancó, onde o encontramos em 1669 com fazendas de gado"... (*obr. cit.*, p. cit.)

Está aqui outra versão sobre como se iniciara o descobrimento do Cariri.

Iremos ver, entretanto, que o povoamento do Ceará não se processou nenhumamente assim, e nem a penetração baiana se deu *algum tempo* depois de 1590 e sim, mais aproximadamente, *não muito* antes de 1706.

Primeiramente é de salientar que o povoamento pela costa marítima, de que foi precursor inafortunado o bandeirista Pero Coelho, nada tem que ver com o do interior do Ceará, começado pelo vale do Jaguaribe, da foz às nascentes.

Os acontecimentos *tradicionais* aceitos até por historiadores mais recentes, como o Senador Joaquim Catunda, na sua *História do Ceará* (Nova edição de 1919, Tip. Gadelha, Fortaleza, pág. 71), não resistem a qualquer crítica, em confronto com o que hoje se conhece a respeito.

Com efeito, tentada a conquista do Ceará em 1603 pelo açorita Pero Coelho de Sousa, e em 1608 pelos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, da Companhia de Jesus, de ambas essas viagens só resultou o fracasso. E, vindo depois Martim Soares Moreno, a primeira vez em 1612 e a segunda em 1621, nesta já feito Capitão-mor por dez anos, nada pôde realizar no sentido da penetração da interlândia cearense. Com a dominação holandesa igualmente nada se conseguiu no mesmo intento, não indo os flamengos além da serra de Maranguape, onde catavam a prata sem a encontrar valiosa, ou andando pelo litoral a explorar salinas.

---

(6) João Brígido, *Ceará — Homens e Factos,* Rio de Janeiro, 1919, Tip. Besnard, p. 59-77.

Retornando os portugueses, após a capitulação neerlandesa do Recife, continuaram tímidos nas imediações do "rio Syará" e sòmente alguns mais ousados se foram localizando nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Pirangi, ao sul daquele, e no Aracatiaçu, Acaraú e Coreaú, ao norte.

Na reacção dos selvícolas consistia o maior obstáculo, de modo que assim tudo permaneceu hesitante até por volta de 1680, a despeito dos desejos catequéticos do padre António Vieira, pretendendo do Maranhão enviar, como enviou sem maiores êxitos, missionários para a Ibiapaba.

Muitas "exepedições" oficiais foram enviadas para afastar os indígenas numerosos, tanto no Ceará, como na Paraíba e Rio Grande do Norte, sem que, de pronto, o lograssem.

Sem falar de outras anteriores, quase todas dirigidas por paulistas chamados pelo governo da Baía, ficaram afamadas, mais directamente em relação a esta parte do Nordeste, as de que foram chefes Domingos Jorge Velho (esta mais actuante no combate aos negros dos Palmares), Matias Cardoso de Almeida e seu sucessor Manuel de Morais Navarro, bem como a de Manuel de Abreu Soares.

Com o levante geral dos tapuias no Ceará e Rio Grande, em 1687, veio enfrentá-los o Mestre de Campo Matias Cardoso, saído de S. Paulo em 1689 e nomeado "governador absoluto da guerra contra aqueles gentios bárbaros". Deu-se princípio a essa luta no Rio Grande, "onde se matou e destruiu a maior parte do inimigo por espaço de sete anos". Desse terço paulista foi destacado para a barra do Jaguaribe o capitão-mor João Amaro Maciel Parente e ali montou acampamento, no lugar que é hoje a cidade do Aracati.

Substituiu Matias Cardoso o seu sargento-mor Morais Navarro, que entrou na ribeira do Jaguaribe em Julho de 1899, acompanhado de 130 infantes e mais de duzentos índios jandoins, com o fim de dar combate aos carateús e icós. Conseguindo atrair para um entendimento amistoso o principal Genipapoaçu e grande número de paiacus, mata-o e a mais de 400 deles e

prende mais de duzentos (4 de Agosto), acto que lhe valeu a antipatia da Igreja e por fim a prisão, em Pernambuco. (7)

A expedição de Abreu Soares datou de 1686, despachado pelo Capitão-mor do Rio G. do Norte, com 120 homens de ordenança e índios do Camarão, tendo-se fortificado no Açu e perlustrando o Apodi.

Excusado será dizer que acerca dos detalhes dessas expedições é obrigatória a leitura de *História Geral das Bandeiras Paulistas, de* Afonso Taunay, vol. 7.º.

Tão só depois de pacificados esses índios em revolta é que se foi possibilitando a fixação de moradores no Jaguaribe, rio acima, fixação que se assegurava com a obtenção de datas de sesmarias.

Mais feliz estivera o Piauí, cujos recessos o sertanista Domingos Afonso Mafrense talou, dir-se-ía triunfalmente, entrando pela serra dos Dois Irmãos e montando fazendas de gado que depressa progrediram (1674). E' exacto que João Brígido (ver *obr. cit.*, p. 368) registou haver saído Domingos Sertão do rio S. Francisco rumo ao norte atingindo a Ibiapaba e daí se encaminhando para o Piauí, mas isto não corresponde à verdade, (8) pois que é demais conhecido o intinerário que seguiu, com a ajuda muito duvidosa e discutida de Domingos Jorge Velho, nada obstante a sustentação contrária do Prof. Basílio de Magalhães (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, v. 139, ps. 289-310).

A primeira sesmaria dada no Jaguaribe teve como titulares o capitão-mor Manuel de Abreu Soares e mais 13 companheiros, moradores no Rio Grande, que a requereram ao Governador da Baía, em 1681, alegando *não ter sido nunca povoado de brancos* o mesmo rio. A data se estendia "da barra para o sertão", indo até o chamado "boqueirão dos Cunhas", a 30 léguas da foz, ou seja o baixo-Jaguaribe, antigamente conhecido por "ribeira do Jaguaribe" ou *da gente do Rio Grande.*

Um dos heréus, Manuel da Cunha, vendeu a sua parte, em

(7) Consulte-se o Barão de Studart, *Rev. Inst. Ceará,* vol. de 1916, p. 350.

(8) Sobre este ponto convém ler o que diz o historiador cearense António Bezerra, *Algumas Origens do Ceará,* Fortaleza, 1918, p. 89.

1696, ao rio-grandense Manuel Rodrigues Ariosa do Vale, e dois outros, Carlos Barbosa Pimentel e João do Rego Borges, o fizeram, no mesmo ano, ao pernambucano Capitão-mor Manuel Carneiro da Cunha, nomes que destacamos para conclusões mais ao diante.

Em 1862, a Bartolomeu Nabo Correia e 40 companheiros foi concedida outra sesmaria, comumente denominada "sesmaria da ribeira do Icó", isto é, o médio-Jaguaribe, desde aquele boqueirão até a confluência com o Salgado. Também, tradicionalmente se intitula esta mesma data como *da gente do Rio Francisco*. Apesar de concedida com a obrigação de se situarem os heréus uns após outros, rio acima, "não se salteando", os poucos deles que tomaram situação o fizeram sem obediência a essa condição. O décimo segundo heréu, João de Montes, localizou-se acima de todos os demais, nas proximidades da embocadura do Salgado, tendo a sua parte, a princípio, o nome de Pilar. Isto já em 1700, aproximadamente. Outros Montes figuram como requerentes dessa sesmaria: António Montes Pereira, António de Montes e Paulo de Montes. Essa família era de Penedo "assistindo em Alagoas e no São Francisco" e dos seus membros muitos tiveram marcada influência no Ceará. Entroncam-se nela vários grupos familiais cearenses, tais como os Correia Vieira, os Rodrigues Machado, os Britos, os Rabelo Vieira, os Girões, etc.

Da leitura da referida data se deduz que os seus requerentes, pelo menos alguns deles, eram portugueses-baianos já deslocados para a Paraíba e Rio Grande — "estavão todos os suplicantes povoando o sertão deserto da Paraíba e Rio grande em terras alheas pagando Rendas dellas sem ter largueza para as criaçoins de seus Gados e aumento delles", e alegavam, no pedido de concessão, haver descoberto, com risco de suas vidas e largas despesas de sua fazenda, "hum rio chamado pello Tapuya Jaguaribe, o qual fica nas cabeceiras do sertão do Rio Grande do Ceará Grande e com muitos trabalhos fizerão pazes com os Gentios brabos que ahi habitão, por nunqua serem as ditas terras vistas nem descubertas por Pessoa alguma". (9)

(9) *Datas de Sesmarias* do Ceará, Fortaleza, 1920, 1.° vol., p. 81

Até aí, ou seja mal começado o século 18, não se havia penetrado a "ribeira do Salgado ou dos Cariris", da foz desse afluente do Jaguaribe às faldas da serra do Araripe. "O vale do Cariri — sustenta António Bezerra, o historiador que de modo convincente, e sempre documentado, esclareceu, como ninguém, os factos relacionados com o povoamento do Ceará — foi conhecido depois da região do Icó, o que confirma a prova bastante valiosa de que se não fala neste nome em acto algum do governo da Metrópole, do governo de Pernambuco, do governo do Ceará, em documento algum por mais antigo, que trate de factos desta Capitania no século XVII".

Foram aqueles mencionados capitães-mores Manuel Carneiro da Cunha e Manuel Rodrigues Ariosa, ambos posseiros da terras da "ribeira do Jaguaribe", os primeiros a receber datas, de 3 léguas para cada um, em 12 de Janeiro de 1703, localizadas a começar da Cachoeira dos Cariris até o fim da lagoa dos Cariris.

Teria sido o Ariosa misterioso da "tradição" já aludida esse capitão-mor Rodrigues Ariosa, explorador que "devido a assistência contínua que por ali teve deu causa a que se formasse a narração fabulosa de sua prisão no vale da Barbalha e da sua fuga patrocinada pelo capelão de uma bandeira" da casa da Torre.

Ariosa — acrescenta Bezerra — foi de facto o primeiro povoador do Cariri, cujas terras por sua morte, em 1716, passaram aos herdeiros e estes delas fizeram venda ao capitão António Mendes Lobato.

Este Lobato é que, segundo aquela versão lendária, fora o comandante da segunda bandeira da casa da Torre exploradora do Cariri. Entretanto, nenhuma dúvida hoje mais resta sobre a chegada de sua numerosa família ali, o que se deu a partir de 1714. Também como os Montes, os Lobatos eram de Penedo. O capitão António Mendes Lobato, casado com Antónia Ferreira Lobato, teve muitos filhos, dos quais João Lobato, o padre José Lobato do Espírito Santo, Maria Ferreira Lobato, mulher de Domingos Álvares de Matos, e Ana Lobato, inupta,

viveram no Cariri. "Os demais membros — afirma António Bezerra — assistiam no vale do São Francisco, e apenas, de quando em vez aparecia algum, que vinha, por si ou com procuração de outrem, vender terras herdadas do casal alagoano". (10)

Quanto à excursão do vaqueiro Medrado, não há por onde se lhe pegue.

Repostas assim as coisas nas suas devidas posições, vê-se que nenhuma bandeira da casa da Torre andou pelos Cariris Novos, ou cearenses. Se o fez não deixou rastro e nem sequer sesmaria existe que se lhe haja conferido.

Objectar-se-á que em suas "Efemérides" (in *Ceará — Homens e Factos* cit. p. 369), Brígido regista a concessão "ao coronel Dias d'Ávila e a mais quatro uma sesmaria de 10 léguas de comprimento no rio Jaguaribe, cujas margens, segundo se dizia, estavam ocupadas pelo gentio, não ousando alguém povoá-las por causa desse inimigo", o qual se propunham dominar. Isto em 1688.

A despeito das minúcias, não há prova desse registo. O Conselheiro Alencar Araripe, na sua aludida *História*, também a ela se refere, sem contudo dizer-lhe a fonte. António Bezerra comenta que, se por ventura foi dada, nenhum efeito veio a ter. Não têm conta, aliás, sesmarias que foram solicitadas e deferidas, sem que os titulares lhes exercitasse os direitos na prática.

Outro ponto da lenda das bandeiras da casa da Torre é a da vinda, ao Cariri, de João Correia Arnaud, que teria dado "começo à primeira povoação do sopé do Araripe, sob a denominação de S. José da Missão Velha dos Cariris Novos".

O Barão de Studart reconhece-o como o fundador de Missão Velha (11), aduzindo ter falecido em 1771, com 82 anos de idade.

António Bezerra opõe-se à afirmação, dizendo ser extranhável que Arnaud não tivesse actuação alguma nas coisas do

---

(10) *Obr. cit.* p. 121.

(11) *Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, p. 142.

Cariri, a ponto de "nunca obter sequer uma sesmaria, quando por ali se concederam, no princípio, mais de 200, e nem ao menos uma patente de oficial inferior", ele que teria vindo em nome da rica e poderosa casa de Francisco d'Ávila. E argumenta que falecendo em 1771, com 82 anos de idade, deveria ter 18 anos quando em 1707, a ser crida a lenda, comandava aquela bandeira, o que realmente não é muito crível.

Também não será indício probatório da sua vinda ao Ceará o facto de ter a denominação de Torre uma lagoa existente perto da cidade do Icó e em cujas margens por ventura acampara a sua suposta bandeira.

Essa alegação "cai por terra — ainda é Antônio Bezerra que esclarece — quando se verifica que tal lagoa da Torre se chamou primitivamente *do Corgo* e com este nome a obteve por sesmaria em 28 de Abril de 1707 o coronel Sebastião Lopes de Sousa".

***

Tudo isso, em resumo, demonstra que não há veracidade naquela tradição sobre o povoamento do Cariri por gente da Casa da Torre.

A influência dos baianos do S. Francisco nesse povoamento e no do médio-Jaguaribe por certo foi evidente e de alta expressão, concorrendo para a consolidação dos currais e gerando, afinal, várias das mais importantes famílias povoadoras de todo o Jaguaribe, hoje desdobradas em outras de renome e destaque na vida do Ceará. O contacto das duas correntes, a do "sertão de fora" e a do "sertão de dentro", deu-se, pode afirmar-se, no vale do maior rio cearense, mas tal como ficou exposto aqui, já a maioria dos baianos chegando em mistura com os pernambucanos. (12)

A zona de confluência marcada por Pompeu Sobrinho é mais exacta do que a de Capistrano, que a limita muito.

---

(12) A. Tavares Lira, *Hist. do Rio G. do Norte*, Rio, 1921, p. 280, manifesta que essa confluência já era *um facto antes da sublevação dos índios"*.

Onde a junção pareceu mais nítida foi no momento em que — bem o salienta Prado Júnior — o movimento da Baía, "de retorno do Piauí, desvia-se para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras de Ibiapaba, Grande) e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto Poti, onde hoje está Crateús, e que por isso pertenceu de início ao Piauí, só sendo anexada ao Ceará em época muito recente, 1880". (13) Deram-se as mãos, aí, esses baianos-piauienses e os baianos-pernambucanos-cearenses que, de um lado, galgavam as nascentes do Jaguaribe, no sul e, do outro, subiam as do Acaraú, ao norte.

---

(13) *Formação do Brasil contemporaneo-Colónia,* 1942, p. 57.

(Este trabalho foi preparado para contribuição ao 1.º Congresso de História da Baía, a realizar-se em Março de 1949, na cidade do Salvador).